



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

10ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª
LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 21.03.2018

INÍCIO: 9h18min

PRESIDENTE: SR. CLEITON ROQUE

SR. EZEQUIEL JUNIOR

SR. JESUÍNO BOABAID

SR. LÉO MORAES

SECRETÁRIO: SR. JESUÍNO BOABAID

O SR. CLEITON ROQUE (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 10ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 9ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede a leitura da ata da Sessão Ordinária anterior.

(Às 9 horas e 19 minutos o Sr. Cleiton Roque passa a Presidência ao Sr. Ezequiel Junior).

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Muito obrigado Deputado Jesuíno que nos secretaria neste momento, obrigado pela paciência aí diante das conversas paralelas em alto tom aqui no plenário.

Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo observação, dou-a por aprovada.

Eu quero neste momento suspender a Sessão, pediram para suspender a Sessão, mas, nós vamos fazer o seguinte, primeiro vamos à leitura do expediente, em seguida a gente suspende para tratar de alguns assuntos interessantes, importantes ali atrás.

Nesse momento eu solicito ao senhor Secretário que proceda a leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede a leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 - Ofício nº 206/2018 - Tribunal de Justiça do Estado, solicitando informações sobre o processo legislativo da Lei Complementar 767/2014, objeto da ADIN nº 0801249-71.2017.8.22.0000.

02 - Ofício nº 207/2018 - Tribunal de Justiça do Estado, solicitando informações sobre o processo legislativo da Lei nº 4.225/2017, objeto da ADIN nº 0800644-91.2018.8.22.0000.

03 - Ofício nº 048/2018 - Câmara Municipal de Guajará-Mirim, encaminhando para conhecimento cópia do Requerimento nº 082/2018.

04 - Ofício nº 2516/2018 - SESAU, encaminhando informações sobre os atendimentos do Hospital Estadual e Pronto Socorro João Paulo Segundo - HEPSLPII.

05 - Ofício nº 3320/2018 - SEDUC, informando da impossibilidade de comparecimento na Sessão Solene de entrega de Voto de Louvor nessa Casa de Leis.

06 - Ofício s/n/2018 - IML, encaminhando relatório com informações quanto a situação do Instituto Médico Legal de Porto Velho.

07 - REQUERIMENTO DO DEPUTADO EZEQUIEL JUNIOR - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia- Maurão de Carvalho. Eu, Ezequiel Junior dos Santos Costa, Deputado Estadual, ao tempo que cumprimento Vossa Excelência, com espeque no inciso II do art. 76 do Regimento Interno desta Casa de Leis e inciso II do Art. 35 da Constituição Estadual, venho requerer a concessão de Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, em razão de me encontrar acometido por Cervicobraquialgia Direita (C.I.D:M51), conforme Laudo Médico em anexo, devendo me afastar pelo período de 30 (trinta) dias das atividades de Parlamentar, conforme

Atestado Médico, também, em anexo. Desta feita, requeiro que este requerimento seja lido na primeira Sessão após o seu recebimento. Cumpre lembrá-lo que o prazo da licença perquirida é inferior a 120 (cento e vinte) dias; razão pela qual não é o caso de convocação de suplente. Porto Velho/RO, 21 de março de 2018. Termos em que pede concessão e leitura em primeira sessão. Porto Velho, 21 de março de 2018. Ezequiel Junior - Deputado Estadual - PRB.

Lido o expediente recebido, Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Nesse momento eu suspendo a Sessão por tempo indeterminado.

(Suspende-se a Sessão às 9 horas e 36 minutos, e reabre-se às 10 horas e 29 minutos).

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Senhores e Senhoras Parlamentares nesse momento transformo essa Sessão Ordinária em Comissão geral nos termos do inciso V do Artigo 135 do Regimento Interno para realizarmos nova sabatina com os candidatos da 7ª, 8ª e 9ª posição conforme resultado da fase de arguição pública para composição dos membros do mecanismo estadual de Prevenção e Combate à Tortura com previsão na Lei 3.262/2013.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Transformada em Comissão Geral nós convidamos aqui ao plenário o Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo, Presidente

do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Sra. Débora Almeida, Secretária do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Sr. Adilson Oliveira Silva, Membro da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB; e por determinação de Sua Excelência Sr. Deputado Jesuíno Boabaid, nós convidamos aqui também os senhores proponentes para participarem do Comitê o advogado Douglas Borges de Araújo, Cássia Leite Serejo, e Maria Sônia Dantas Coelho Alves. São membros da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania os Exm^{os} Srs. Deputados: Léo Moraes, Presidente; Jesuíno Boabaid, Vice-Presidente; Saulo Moreira, Lebrão, Airtton Gurgacz, são membros; e os Exm^{os} Srs. Deputados Alex Redano, 1^o Suplente; Aélcio da TV, 2^o Suplente.

Por determinação de S. Ex^a Sr. Deputado Jesuíno Boabaid nós vamos ler o breve currículo de cada candidato ao cargo.

"Douglas Borges de Araújo, advogado, sua formação Faculdade FARO, em 2012.2. Pós-graduando em Direito Eleitoral da Instituição Damásio de Jesus. Advogado inscrito nos quadros da OAB-RO. Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RO. Membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-RO.

Suas experiências profissionais: auxiliar de loja, estagiário de Direito no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Estágio de Direito do Ministério Público do Estado de Rondônia. Promotoria da Infância e Juventude. Promotoria do Tribunal do Júri e Promotoria da Família. Servidor público do município de Porto Velho da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Curso preparatório para exame da OAB 1^a fase. Curso preparatório do exame da OAB 2^a fase. Cursos diversos, dentre eles Carreira Jurídica Específica; Carreira Jurídica Específica - Auditor Fiscal da Receita Federal; Defensoria Pública em Minas Gerais; curso de atualização do novo CPC. Exerceu já a função de Assessor do Setor de Controle de

Tomada de Contas Especial lotado na Secretaria de Estado da Educação.

A Senhora Cássia Leite Serejo, breve currículo da também proponente, tem várias declarações para que ela também pudesse participar deste evento aqui de debates. O nome da candidata Cássia Leite Serejo, nasceu em 74, brasileira, naturalidade São Paulo. Estas são as informações da Sra. Cássia Serejo: professora, desenvolve atividades de prevenção e cuidados a crianças, adolescentes e idosos, já atuou como coordenadora de projetos e ações a fim de garantir assistências ao menor abandonado e idosos que sofriam maus tratos e situações de perigo, ela anseia contribuir com projetos e ações voltadas para o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura no Estado de Rondônia.

Temos também a terceira candidata que é a senhora Maria Sônia Dantas Coelho Alves, busca uma vaga e efetivação para dar suas contribuições no que for destinado a realizar e destaca características profissionais, como dedicação profissional, dentre outras que assim o comitê exigir.

Deputado, eram estas as principais informações dos candidatos ao cargo.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Em primeiro lugar cumprimentar a todos. Considerando a ausência do Presidente da Comissão de Direitos Humanos Deputado Léo Moraes, por questões de agenda, nós iremos conduzir a devida sabatina, a qual eu sou vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Eu irei iniciar pelo advogado Dr. Douglas Borges de Araújo. O senhor pode escolher o local.

Registrar a presença do Sr. Ezequiel Roque do Espírito Santo, Presidente do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; a Sra. Débora Almeida, Secretária do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura; Dr. Adilson Oliveira Silva, membro da Comissão de Defesa de Direitos Humanos da OAB; está presente também o Deputado Airtton Gurgacz, e demais pessoas que se encontram na galeria e os internautas que estão agora neste exato momento acompanhando através do facebook e youtube a transmissão.

Nós temos algumas perguntas aqui, perguntas que foram encaminhadas pelo próprio membro deste Comitê. Primeira pergunta Dr. Douglas. O Sr. é funcionário Público? De carreira?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Primeiramente eu cumprimento Vossas Excelências. E eu não sou funcionário público de carreira, pedi exoneração em 2014, e a minha profissão é Advogado eu tenho próprio escritório, a minha função é autônoma, não tenho remuneração nem do Estado, nem do Município e nem da União.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Mas foi lido que o senhor era funcionário da Prefeitura no seu currículo.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Fui. Pedi exoneração.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - O Senhor já não faz mais parte do quadro da Prefeitura de Porto Velho. É isso?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Correto.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Qual o motivo que lhe levou a querer ser um Membro do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Por eu já desde 2016 atuar na Comissão de Direitos Humanos da OAB do Estado de Rondônia, as funções meio que são interdisciplinares. Na nossa Comissão nós já exercemos essas atividades, de fiscalização, apurando denúncias tanto de agressões quanto tortura em Unidades Penitenciárias. E como eu vi essa interdisciplinaridade, eu quis deixar o meu nome à disposição do Estado do Rondônia. Outro ponto que também chamou a minha atenção, quando eu li o Edital, eu vi que na Região Norte este vai ser o primeiro Comitê. Então, me identifiquei com este projeto, quero fazer parte, deixar o meu conhecimento, a minha dedicação. Porque Rondônia está dando um passo muito importante frente a outros Estados da nossa Federação. Então, diante desta situação eu quis deixar o meu nome para honrar o nosso Estado e fazer esse trabalho no combate à tortura que é tão relevante.

O SR. JESUÍNO BOABAI (Presidente) - Defina para nós aqui, qual é o conceito de tortura na sua essência. Qual o conceito para o senhor a palavra tortura perante nosso Estado Democrático? O que é na sua concepção.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Sempre que nós falamos em tortura já causa uma repulsa. Eu creio que ninguém aqui

se identifica ou admira tal prática de tortura porque ela tão repugnante. Ela é tão repugnante que desde a 2ª Guerra Mundial com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que se iniciou em todos os Estados internacionais a combater a tortura. E após isso o Brasil não poderia ser diferente também, sendo signatário de Tratados de Direitos Humanos, tanto internacionais quanto da Organização Interamericana de Direitos Humanos o Brasil tem o dever legal de combater a tortura. E o que é que eu entendo por tortura? Aquela prática de um agente não precisa ser de um servidor público. Muitos acham que a tortura só praticada se for um agente...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Só interrompendo. Eu peço aos dois candidatos. Até porque a gente vai seguir um mesmo rito das demais. Aí retornem à sala anterior porque nós estamos sabatinando e a mesma pergunta pode ser..., desculpa até a questão da condução só para..., aí depois o senhor continua.

Pode continuar.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - O que a nossa Legislação fala primeiramente, depois o meu posicionamento. É aquela prática de um agente, seja servidor público ou não. Qualquer pessoa que causa um sofrimento intenso, seja físico ou mental, tentando extrair de um terceiro uma informação, uma confissão, ou seja, para ter um tipo penal da tortura tem que ser neste contexto, não basta ser apenas a agressão, porque aí já vai incidir em outro tipo penal que é do próprio Código Penal que é lesão corporal. Tortura, ela tem este intuito obter uma informação privilegiada, uma confissão da vítima. E no meu ver tal comportamento já não se coaduna mais no nosso estado democrático de direito. Nós temos que

efetivar as políticas de Direitos Humanos, não é proteger o agente criminal, ou não, mas, sim resguardar as condições mínimas, a sua integridade física e que aquele que está sendo investigado ou foi flagrantado em um determinado momento que ele responda a um devido processo legal, sem que seja haja uma tortura. Até porque a prova que for extraída desta tortura, ela é ilícita. Então às vezes um policial civil, militar um delegado, investigador, ele acha que fazendo aquela tortura, extraíndo a informação, ele está contribuindo para a investigação penal. Mas, essa prova ilícita, ela vai ser extraída dos autos, ou seja, o agente apenas atrapalhou a investigação penal, isso também tem que ser levado à atenção. Além dele está violando os Direitos Humanos desta vítima, torturando, ele ainda está atrapalhando todo o devido Processo Penal legal. Então é isso que eu entendo como tortura e as suas consequências.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - O seu conceito para o senhor é isso também?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - É isso, Excelência.

O SR. JEUSÍNO BOABAID (Presidente) - Correto. Na sua concepção hoje o sistema carcerário, o sistema prisional falido, o que é que vai influenciar o Comitê de Tortura para melhorar a questão, as garantias constitucionais, seja dos presos, seus familiares, para os servidores. O que o Comitê pode trazer de algum benefício na sua concepção.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Lendo as prerrogativas deste Comitê, nós temos a obrigação, quem for nomeado para tal função de fiscalizar de maneira rotineira as unidades penitenciárias, os centros de internação. Então esse comitê vai ter vai ter a obrigação de confeccionar relatórios mensais reportando a Assembleia Legislativa, ao Ministério Público, Defensoria, é um trabalho continuado de fiscalização e orientação. Então, nós não podemos relaxar e achar que fazendo reuniões e mesas redondas, a gente vai contribuir para o Estado de Rondônia. Tem que ter ciclos de palestras, fiscalizações, orientações nas nossas unidades penais, nas Casas de internações de adolescentes, em alas psiquiátricas, tem que ser um trabalho continuado. Não adianta mesa redonda como já disse que disso o nosso Estado já está cheio, tem que realmente arregaçar as mangas, comprar esta briga e fazer uma fiscalização e educação intensa. Eu penso que dessa maneira, sem sombra de dúvida, esse comitê vai contribuir bastante para erradicar a tortura no Estado de Rondônia.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Mas, eu queria, assim, na minha concepção, educação, saúde, mas, eu vou ser mais pontual: a educação, o sistema; vamos falar da nossa Legislação Penal, execução penal, falida. O quê o comitê de tortura pode trazer de melhorias ou qualquer questão na sua concepção para o nosso Estado de Rondônia?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Como o senhor falou, a nossa política de execução penal por mais que sejam leis que tenham um bom propósito, quando chega à sua efetivação muitas vezes pecam. E eu entendo que o nosso comitê não pode atuar sozinho, até porque há uma interdisciplinaridade, o

comitê deve atuar junto do Poder Judiciário, junto do Ministério Público, realmente sozinho o comitê vai ficar com forças fracas. Ele tem que reunir forças com a Assembleia Legislativa, que aqui também tem uma Comissão de Direitos Humanos, com o Ministério Público. E o trabalho é: educar os nossos agentes, educar os servidores e a fiscalização tem que existir como estou enfatizando. Fiscalização e educação eu acho que é o ponto chave que o mecanismo pode contribuir para a execução penal.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Com base na Legislação do Estado de Rondônia, cite algumas competências do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Tem um rol, bastante intenso. Dentre esses como estou enfatizando é o de fiscalizar, apurar denúncia nas Unidades Penitenciárias, Casa de internação dos adolescentes. A confecção é obrigatória de relatório, mensalmente o membro tem que prestar contas dos seus relatórios e de suas atividades. Também uma das competências a se dirigir, solicitando apoio policial, quando necessário for, à determinada apuração, tanto da Polícia Civil quanto Militar. Também é uma das competências é solicitar o reforço de um perito, um profissional habilitado para apurar essa situação, e o principal é a transparência de seus relatórios, ele tem que comprovar o seu trabalho.

Outro ponto também, tanto das competências quanto da prerrogativa do membro é que em determinada situação o membro pode adentrar numa unidade penitenciária, se entrevistar com a vítima, com determinados envolvidos. Até o uso audiovisual, filmagem, pelas prerrogativas é permitida ao membro tal uso

visando trazer a verdade real dos fatos. Então é um rol extenso. Mas, eu entendo que os pontos principais que dão uma robustez para o membro exercer o seu trabalho, são esses pontos.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Na sua concepção, o comitê sendo pago pelo Estado, tendo a formatação, Projeto de Lei do Estado, vocês entendem que terão condições de agir de forma imparcial, inclusive, contra o próprio Estado? Essa Lei, exemplo: essa Lei foi encaminhada pelo Executivo, o Comitê irá receber, vamos falar, uma ajuda de custo, um valor, os senhores terão condições de fiscalizar com rigor o sistema prisional, qual a sua visão sobre isso?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - É o nosso dever legal e moral não agirmos com parcialidade, favorecendo determinada Secretaria ou determinada unidade penitenciária. Tanto que o Comitê já prevê que uma função de dedicação exclusiva, aqueles que porventura forem nomeados, terão que se apartar por completo de suas funções, sejam estatais ou municipais, exatamente para não ter esse vínculo, essas raízes que vez ou outra pode levar a uma parcialidade. De minha parte não tenho vínculo, a minha atuação será forte e imparcial. Tudo na transparência, confecções de relatórios como tem que ser.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - O senhor se acha, inclusive na última sabatina eu me posicionei contrário a advogado estar nesse Comitê, porque advogado tem total acesso aos presídios, tem total acesso as informações, mas, é uma questão minha, é uma questão minha, foi o meu entendimento.

Na sua concepção o senhor vai, na sua concepção não, eu vou fazer uma pergunta direta: o senhor vai continuar na advocacia, exercendo a advocacia? E se continuar, quais áreas irá atuar? E o senhor também não vê nenhum problema da advocacia estar presente sobre isso?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Essa foi uma questão que eu conversei até com o nosso Presidente, li bastante o Edital e chegamos à conclusão que tem que ter o afastamento, exatamente visando essa lisura. Então, o meu compromisso, sendo nomeado, terei que me afastar das minhas funções da OAB, inclusive, da Comissão de Direitos Humanos, que eu faço parte, haja vista que eu vou incorporar uma nova função que também está entrelaçada com os Direitos Humanos, não vai estar tão desassociada.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Então o senhor vai se afastar da advocacia, é isso?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - O senhor não vai mais exercer advocacia, vai ficar, é essa...

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Para essa missão tem que ser dedicação exclusiva, Deputado, é o meu entender.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Porque a lei diz....Vamos para outra pergunta. Já fiz praticamente todas as perguntas, eu me dou por satisfeito. Eu vejo que as

perguntas foram informadas, o senhor tem qualificação, mas só fica aqui, o senhor entrou na Advocacia em que ano?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - 2013.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - 2013. E exerceu funções dessa natureza na área de militância dos Direitos Humanos por qual período?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - De 2016 até a presente data.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Até 2018, na Comissão de Direitos Humanos da OAB?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Isso.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Mas por último, a tortura pode ser de algumas formas, não é? O preso, o recluso, o acusado que fica sob a guarda de policiais ou sob a guarda de Justiça, na sua concepção à tortura psicológica, como é que o senhor avalia essa questão da tortura psicológica perante o Comitê, como vai ser feito isso? Porque eu fico muito preocupado hoje, nas audiências de custódia, que estão ocorrendo no Brasil, por conta de que nós somos signatários de um Tratado Internacional dos Direitos Humanos, que o Judiciário e o Ministério Público fazem só as perguntas, tem até um vídeo vinculando da Justiça do Rio Grande do Sul, que eu fiquei praticamente olhando assim, é um absurdo. Mas assim, o Comitê vai ter zelo e analisar isso, porque é muito fácil eu chegar e falar que fui torturado e

depois o Comitê, porque aqui, inclusive, tem um dispositivo que diz que indícios já têm que apurar. Vocês vão encaminhar um mero indício. O senhor acha que o Comitê não pode causar um maior fluxo de processo, maior demanda para o Judiciário, analisando? Qual vai ser essa tratativa, na sua concepção, quanto ao crime de tortura, em especial à tortura psicológica?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Deputado, quando é a tortura física é menos difícil a sua percepção, não é? Um laudo de lesão corporal de um perito, ele consegue constatar. Já a psicológica, a mental é aquela que vai num liame muito subjetivo da vítima. O que é que acontece? Conversando com o nosso Presidente, esses membros terão um curso de Capacitação tanto no Estado, salvo engano, em Brasília com o Comitê Nacional, ocasião em que serão trocadas experiências e seremos capacitados. E essa questão da tortura mental é muito delicada porque algumas vezes só está o agente, que pode ser um policial e a vítima. Então é muito delicado a gente apurar a questão da tortura mental quando ela não está aliada com outros elementos de prova, falando tecnicamente. Mas, isso a gente não pode subestimar a tortura mental. Muitas vezes ela gera consequências tão graves quanto à física. Então eu penso que tem que ter uma delicadeza para não banalizar o que é tortura e o que é lesão corporal. Ambas andam numa certa linha, mas, há uma diferença. Então eu não acho que esse Comitê vai atolar o Judiciário, mas tão somente apurar aquilo que muitas vezes está oculto, que está omissa, aqueles que não têm o amparo da sociedade talvez nós consigamos chegar até esse. Então não acho que vai haver um atolamento do Judiciário, Deputado, não acho.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Registrar a presença do Deputado Maurão de Carvalho, Presidente deste Poder Legislativo. Já chegou aqui também no plenário, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Léo Moraes, que irá conduzir os trabalhos.

Essa pergunta é importante até para a gente ter ciência qual é o seu posicionamento. Então haverá um curso de capacitação. E para finalizar, qual é o seu conceito, a sua concepção das famílias que são torturadas, que são vítimas dos meliantes, que são de forma, violentadas, o que é que o senhor pode falar que o Comitê, na sua concepção pode trazer de algum benefício, alguma questão de ordem para essas famílias. O senhor entende que o Comitê pode também trazer algum benefício para essas famílias que são torturadas, que são violentadas, que sofrem com ataque desses meliantes? Qual a sua concepção?

O SR. DOUGLAS BORGES DE ARAÚJO - Existe sim a possibilidade. Como eu falei para o senhor, a tortura não obrigatoriamente ela tem que ser praticada por agentes públicos, qualquer cidadão, qualquer pessoa pode ser o agente ativo da tortura e muitas vezes ele não escolhe classe, classe social, tanto que os números alarmantes de agressão, de violências sexuais continuam.

Eu penso que a atuação do Comitê, ela não vai ser assim, um foco completo nessa área das agressões pessoais que sofrem nas residências, haja vista, que para esses institutos já existe a Lei Maria da Penha, no caso de violência doméstica, os crimes já estão taxativamente previstos, já existem delegacias aptas a apurar determinados crimes que acontecem em residências. Então, eu penso da seguinte maneira Deputado, não vai ser de maneira veemente o combate do Comitê nesse sentido, mas, há possibilidade de deixar sua

contribuição sim, no caso, das violências domésticas também, como o senhor relatou.

E tem outro ponto também Deputado, nessa questão das violências, que o intuito não é a proteção absurda daquele que está em regime carcerário, tanto é que esta Casa, salvo engano, em 2015, aprovou uma Lei que é um auxílio para vítimas de violência grave de tortura, ou seja, já é um passo também para minimizar um pouco a dor dessas vítimas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Presidente) - Deputado Léo Moraes, alguma pergunta?

O Deputado Geraldo estava aqui. Eu me dou por satisfeito, parabenizo a sua postura aqui à frente, dou por entendimento que o senhor está preparado em tese para estar à frente dessa Comissão, tem um conceito, mas, nós iremos nos manifestar em momento posterior. É direito. Então, o senhor está dispensado. Se quiser ficar aqui aguardando.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Agora nós convidamos também para ser sabatinada a Sra. Cássia Leite Serejo, que é candidata também dentro do Processo Seletivo para Composição do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura.

(Às 11 horas e 03 minutos o Sr. Jesuíno Boabaid passa a Presidência ao Sr. Léo Moraes)

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Bom dia! Bom dia Cássia.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Bom dia.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Fique à vontade, seja bem-vinda a Assembleia Legislativa.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Nós compomos a Comissão de Segurança Pública e de Direitos Humanos assim como de Segurança Pública e outras Comissões temáticas, essa é uma Comissão Geral, onde existe previsão legal para que se apresente durante a nossa Sessão Ordinária para que possa apresentar não somente o currículo, mas também fazer exposições de ideias e motivos que a credenciam para fazer parte do Comitê. É um dispositivo importante, uma ferramenta de inclusão e aperfeiçoamento da democracia, e, a gente respeita, é um Projeto advindo do Poder Executivo e nós gostaríamos de saber, que você fizesse um breve relato da sua trajetória, o que te credencia a fazer parte do Comitê, o que te interessa nesse tipo de tema e qual experiência exatamente vivida já nesse universo, afinal, é hoje mais do que nunca, o motivo é um assunto muito delicado onde existe uma rejeição natural ao passo que também existe até mesmo o risco de segurança e a integridade física das pessoas que são integrantes de Comitê dessa natureza.

Portanto, fique à vontade pelo tempo de cinco minutos que faça essa apresentação inicial.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Meu nome é Cássia, eu sou professora, eu trabalhei no Município de Monte Negro durante

13 anos, hoje estou afastada, não estou atuando, vim para Porto Velho. Durante oito anos eu trabalhei com o Grupo de Idosos de Monte Negro, eu criei o Grupo de Idosos de Monte Negro e lá nós acompanhávamos toda a questão das atividades que eram realizadas com eles, as denúncias que eram feitas de maus tratos com idosos. Fazíamos também visita porque tínhamos idosos que estavam em Ariquemes, nos abrigos em Ariquemes e também das crianças, crianças também que estavam, que ficavam aos cuidados do município.

O que me levou a querer participar? Por eu ter na minha área de Educação, ser educadora e até acompanhado durante esses 08 anos o trabalho no CRAS, todo o pessoal lá. Então, assim é uma área que começou me chamar muita atenção e eu comecei a me especializar, tanto que eu sou especialista em Gestão de Saúde do Idoso, onde eu acompanhava tudo que tinha de idoso no município, eu fazia questão de acompanhar. O que me levou a trazer? Hoje a gente tem visto, está lá público, para todo mundo, os maus tratos, a decadência que há nos presídios, em hospitais e foi uma das coisas que veio a me chamar atenção, porque não a gente tentar mudar isso, fazer alguma coisa que possa estar mudando, elaborando projetos, que mesmo que eles estejam ali, estão cumprindo a sua pena, fizeram coisas erradas; mas, todo mundo merece uma segunda chance. Então, o que mais me chamou atenção e o que me levou a querer, é isso. Quando eu dei aula na Academia dos Agentes Penitenciários, nessa última turma que teve, eu conversava muito com os meus alunos e eles comentavam a respeito, como eram tratados lá dentro, o que faltava para eles. Então, assim, eu creio que uma pessoa sozinha não vai conseguir fazer muita coisa; mas, a partir do momento que é um grupo grande, então a gente possa estar mudando um pouco esta visão.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - A senhora então é professora?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Sou professora.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - E a experiência que teve foi lecionando para concurso dos agentes penitenciários, a formação...

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Também. Isso. Eu vim atuando, fiscalizando os idosos, trabalhando com eles, para crianças e adolescentes também do município de Monte Negro.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Do Município de Monte Negro?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - E você tem uma experiência, uma vivência maior, atinente a causa dos Direitos Humanos, ao tema específico do Combate à Tortura; você dentro da literatura, até mesmo dentro do universo acadêmico, alguma coisa nesse sentido?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - É o que a gente vai aprendendo no nosso dia a dia com o trabalho; experiência, assim, a gente aprende mais no nosso dia a dia convivendo do

que a questão só de teoria e teorias. Porque a gente sabe que a prática e a teoria, precisam caminhar juntas. Mas, se eu tenho só a teoria, eu não vou conseguir ter uma boa prática. Então, a partir do momento que a gente tem uma vivência ali com o que está acontecendo, fica mais fácil a gente entender os problemas, as causas do que podem está acontecendo.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Entendido. Cada vez mais patente o nível de intolerância que impera na sociedade, até por conta de tantos maus tratos e abusos e violência contra as pessoas que estão tão somente circulando a fim de trabalhar, de alimentar os seus entes queridos. Você acredita, afinal nós não temos leis, nós não temos prisão perpétua e nem pena de morte, isto é, as pessoas, elas irão ser reinseridas na sociedade; aí a discussão é: com qual qualidade, com qual nível de ressocialização e que o coloque em condições de aptidão a transitar.

Você acredita que o sistema prisional atual, ele ressocializa? Se não, qual deveria ser o comportamento e as medidas a serem adotadas para melhorar esta qualidade do serviço do reingresso dessas pessoas?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Eu acredito sim. Eu como professora, a gente tem sempre que acreditar que vá mudar; que vão conseguir. Porque a partir do momento, hoje eu acho que o sistema é falho, a gente vê a questão, eles ficam..., as celas não são, são superlotadas, falta a questão de educação, saúde, psicólogos, até psiquiatras que possam estar fazendo o acompanhamento com eles, o que fazer para que eles possam está inserido futuramente no mercado de trabalho. Então, eu acredito que hoje em dia, está tão fácil para as pessoas estudarem, as pessoas terem uma profissão,

tantos cursos, eles não podem..., um exemplo, que eles não possam sair de lá. Mas, porque não levar a educação para eles lá dentro? Porque não levar estudo para eles lá dentro? É um meio também deles estarem se ocupando, deles estarem se ocupando também. As faculdades EAD, quantos cursos profissionalizantes; EAD, à distância que nós temos no Brasil inteiro, no mundo inteiro? Então, eu acredito sim que todo mundo tem uma chance, errou, mais tem uma chance de poder se arrepender e querer voltar atrás e através de cursos, através de palestras, cursos profissionalizantes que eles possam estar aprendendo uma profissão e eles estarem ingressando bem mais fácil no mercado de trabalho, porque a gente sabe da dificuldade que é quando eles saem de lá, que eles cumprem a pena deles, de estarem ingressando no mercado de trabalho porque ainda tem uma grande discriminação em cima disso. Então, só de falara: "eu sou um ex-detento". Então as pessoas já ficam com medo. Então, a partir do momento que ele se especializou, ele estudou, ele conseguiu aprender uma profissão, eu creio que vai ser muito mais fácil eles ingressarem no mercado de trabalho.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Você conhece a realidade do Sistema Prisional, as condições de trabalho daqueles profissionais, que aqui horrenda, péssima a situação, muitas vezes trabalham em cinco, seis pessoas num plantão para assistir e cuidar de seiscentos apenados, que só traz essa sobrecarga, ao mesmo tempo não está tão longe de ser considerada uma tortura, é uma pressão, coação emocional muito grande para esses profissionais, isso é, eles também estão suscetíveis à legislação, ao amparo de um mecanismo, porque eles sofrem diariamente, é emocionalmente, acabam depois de muito tempo tendo problemas psicológicos, porque não é simples e nem fácil remediar problemas sem condições,

sem estrutura, sem armamento, às vezes até sem requalificação. O que você entende a respeito da condição dos trabalhadores no Sistema Prisional no Estado de Rondônia?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Eu sei que a gente está vendo isso, está público para todo mundo, o precário, as dificuldades de trabalho são grandes. Mas, eu entendo assim: a partir do momento que eu prestei um concurso, eu passei, eu tomei posse. Quando saiu o edital, que eu já li o edital, eu já saberia qual seria o meu trabalho e já saberia, mas, não a prática, mas, de repente mais ou menos as dificuldades que eu estaria passando. Então, se eu assumi esse compromisso, sabendo, quando eu assumi o meu contrato de professora, eu sabia o que eu ia ganhar. Então, eu tinha, claro que a gente quer sempre melhorias, mas, a gente tem sempre que tentar procurar fazer o melhor, mesmo que eu sei que lá é outra realidade, digamos, das escolas, tudo; mesmo com muita dificuldade, nós sempre temos que tentar dando o melhor da gente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Clínicas, hospitais, comunidades terapêuticas e afins, você conhece a realidade desses locais que também denotam privação de liberdade, que também acolhem pessoas com privação de liberdade? Existe um tratamento diferenciado nessas instituições, nesses estabelecimentos?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Então, como é eu vou dizer, o meu conhecimento em clínicas não é tão grande porque foram poucos os casos que a gente pode acompanhar em clínicas, mas, a partir do momento que a gente assume esse trabalho,

a gente tem que se interagir, tem que procurar os meios para poder desempenhar um bom trabalho.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Quais são os afazeres do membro do Comitê?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - A gente vai fazer as fiscalizações, a cada encontro é feito um relatório, a cada visita que é feito um relatório, e se no caso a gente vê que tem alguns maus tratos ou alguma coisa que não está correta, nós notificamos, fazemos uma notificação para a entidade e marcamos um próximo dia para a gente estar voltando, verificando para ver se foram sanados os problemas. Se não foi, aí nós vamos encaminhá-lo para o Ministério Público, isso para as próximas providências a serem tomadas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Chegando ao local de privação de liberdade, o que você faria em primeiro ato, para que referendasse a importância do Comitê em relação as suas atribuições, o que você faz?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - A primeira coisa que eu devo fazer é me identificar, me apresentar e me identificar às pessoas, porque senão a gente não pode estar entrando e solicitar que fossem acompanhados, que acompanhassem a gente para está sendo realizadas as visitas, fotografando os locais, fazendo relatórios para tentar sanar os problemas e tomar as providências.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Você conhece a Lei?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Só para, desculpa Deputado Léo. Na mesma ideia do Deputado Léo Moraes, a senhora recebendo, um exemplo, se a senhora fosse convocada ou chancelada pelo Governo, o Governador, a senhora se acha independente suficiente, tendo uma ajuda de custo paga pelo Estado, tendo uma legislação de indicação por parte do Executivo. A senhora tem, a senhora acredita que a senhora tenha essa independência sem haver qualquer interferência por qualquer um que seja, de analisar os presídios, as delegacias, os locais que possam ter esse cometimento de crime?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Sim, porque a partir do momento, a gente vai fazer as visitas, então, é claro que eu teria sim, se eu assumi o compromisso, eu estou assumindo um compromisso perante o Estado, perante o Conselho de realização das visitas meio periódicas, mensais, eu não sei como dizer. E vai ser montado um relatório, que irão ser feitos os relatórios, acompanhando, é o mesmo estilo do que a gente acompanhava os idosos que estavam em locais de privação de liberdade, já era feito esses relatórios e tentando sanar as dificuldades que se enfrenta e que são muitas.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - A senhora tem conhecimento das leis, das normas em âmbito nacional e também as diretrizes de acordos e convenções internacionais, não é?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Sim.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Especifica na verdade, pese que isso daqui não é prova objetiva, mas, a senhora conhece algumas que são muito importantes, se tiver conhecimento que possa relatar rapidamente.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - O que a gente vê, o que eu tenho lido nesses dias todos, que nenhuma pessoa deve ser privada, ser feito nenhum tipo de tortura, isso pode ser física, psicológicas por policiais, mesmo de torturas.

O SR. JESUÍNO BOABAID - A senhora citou alguma lei específica? A senhora tem algum tratado, alguma lei, alguma norma que especifica essa questão da tortura, a senhora relembra alguma? Que discute as garantias sobre os direitos fundamentais da pessoa, a senhora sabe, pode citar alguma ou não se recorda?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Agora no momento não.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - É, mas tem a Declaração dos Direitos Humanos, não é?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - A partir dali amadureceu-se esse tipo de debate. Cássia, Deputado tem mais alguma?

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu tenho algumas agora. Nós falamos o mesmo princípio do advogado, eu vou seguir quase o mesmo rito. O que a senhora pode dizer, colaborar ou acrescentar que o Comitê de Tortura pode acrescentar nesse cenário onde vivemos uma falta, ou de zelo por parte dos governantes quanto à educação, quanto à segurança, e quanto à saúde. O que quê a senhora pode falar aqui, o quê o Comitê vai trazer de benefício para a sociedade? É um ponto. Se a senhora quiser eu vou elencando e a senhora vai respondendo.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Certo.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Seja bem sucinta, essa é a primeira.

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Referente à educação, nós as pessoas do Comitê, ele pode estar fazendo parcerias com várias entidades; tem o SESC, tem o SENAR, que o SENAR mesmo que seja para atender a área rural, mas, a gente pode estar fazendo parceria com eles onde pode estar levando cursos profissionalizantes para que eles possam estar aprendendo uma profissão. A questão da saúde, eles precisam ter mais ambulatórios, solicitar através da saúde que eles tenham atendimento médico, enfermeiro que possam estar lá acompanhando o trabalho lá dentro. Psiquiatras, como aqui foi dito que às vezes eles precisam de atendimento psiquiátricos e psicólogos para ser feito um trabalho de socialização neles também, para quando eles saírem de lá para eles não ficarem perdidos. E a questão da segurança...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, é por que, eu sou mais enfático. O que quê o Comitê poderia trazer de benefício, a senhora está explicando alguns pontos. Mas, por último, os profissionais de segurança, as pessoas que estão lidando constantemente com os reclusos, os apenados. Na lei diz que existe alguma disciplina; tortura psicológica, tortura física, o que a senhora pode entender como tortura psicológica? Hoje no Estado falido, um Estado que não dá condições mínimas para que a pessoa cumpra a sua pena, o que a senhora pode falar quanto à questão de tortura psicológica? O que a senhora pode falar sobre isso?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - No caso da tortura psicológica, vamos dizer que eles sejam torturados psicologicamente por policiais que queiram fazer alguma investigação ou descobrir alguma coisa e façam essa tortura psicológica neles para que eles possam está falando, denunciando alguém.

O SR. JESUÍNO BOABAID - Não, não, não falei isso não. A senhora acha então que o Comitê tem condições, o Comitê composto por 3 membros terá condições de avaliar uma denúncia que lá tem da discriminação das suas atribuições, receber denúncias, fazer relatórios. E com isso, vou ser mais específico; a senhora acha que o Comitê formado com 3 pessoas terá condições suficientes de analisar uma denúncia de um recluso, de um apenado que está cumprindo pena, ele foi torturado psicologicamente. Qual vai ser o entendimento da senhora? A senhora se sente preparada ou para estar analisando essa questão dessa tortura?

A SRA. CÁSSIA LEITE SEREJO - Essa questão aí, no caso teria que ter um acompanhamento, os psicólogos que seriam mais apropriados para estarem acompanhando junto com o Comitê. Por que só nós não estaríamos tão aptos, a chegar a um diagnóstico, por que a partir do momento que está lá o psicólogo, está o psiquiatra eles são os especialistas que ...

O SR. JESUÍNO BOABAID - Eu me dou por satisfeito.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Da mesma maneira. Deputado Anderson se quiser fazer alguma pergunta? Não? Então a gente agradece, Cássia, a sua participação. Nós ainda iremos sabatar mais um participante, fique à vontade aqui no nosso plenário para acompanhar o outro colega, a gente fica muito honrado com a sua presença, com seu interesse, com seu engajamento na causa desse mecanismo e sinta-se sempre à vontade para comparecer aqui a Casa Legislativa. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Agora a última candidata pretendente Maria Sônia Dantas Coelho Alves para também ser sabatinada pelos Exm^{os}. Srs. Deputados Estaduais.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Bom dia a todos e a paz do Senhor.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Dona Maria Sônia Coelho Alves seja bem-vinda, fique a vontade, tranquila, nós estamos aqui para aferir conhecimento, engajamento, interesse, envolvimento nesta causa, é nossa obrigação, nossa prerrogativa, é um projeto que foi criado no Poder Executivo, ele não foi originado aqui na Assembleia Legislativa e a gente tem que cumprir a nossa responsabilidade de universalizar todo e qualquer debate e isso daqui faz parte da nossa prerrogativa, então a senhora fique bem a vontade, seja bem-vinda, a gente vai lhe dar 5 minutos iniciais para fazer uma explanação a respeito da sua origem, da sua área de atuação, sua profissão, o que lhe trouxe a participar desse processo seletivo, qual a sua experiência com o tema proposto, qual a sua vivência nas unidades prisionais, centros de socializações, hospitais, clínicas, comunidades terapêuticas com pessoas que tem privação de liberdade, o que a senhora entende disso no geral em 5 minutos, depois a gente vai especificar as perguntas. Fique à vontade, o tempo está franqueado para a senhora.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Bem, primeiramente que já trabalhei em Ouro Preto, trabalhava com menores infratores e vim para cá, chegando aqui trabalhei voluntariamente em uma Associação de Idosos onde também a gente via muitas coisas assim que não estavam de dentro do nosso contexto, também como professora, várias outras coisas que eu via e achava assim que estava errado, e, muitas pessoas viam e ficavam só naquela mesmice e nada de procurar fazer alguma coisa, então quando teve um processo seletivo eu fiz para os presídios e me chamaram, comecei a trabalhar e depois que eu entrei que eu vi que a história não era a mesma coisa, não era do que a gente vivia na realidade. Então por isso que eu vesti a camisa e estou aqui e quero ajudar

tanto a comunidade como também aos nossos governantes, o que puder fazer por eles.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - E a sua experiência nesse universo em relação ao sistema prisional, as pessoas com privação de liberdade, comunidades prisionais, socioeducativas?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Já trabalho dentro do presídio, só que é um contrato, já vai fazer 3 anos que estou lá, e a experiência, o que me trouxe, porque é assim, eu trabalho de professora, não é diretamente com os alunos em cela, só com alguns alunos, aqueles que são bem mais, que está em cela livre, é isso que estou trabalhando com eles, então a minha experiência é essa, trabalhar sobre a tortura que é o que a gente está falando e eu já tenho essa experiência não de agora, já tem 4 anos que eu estou trabalhando com eles lá, aí o que a gente vê mesmo é mais assim, às vezes fala dos agentes, não é dos agentes, são deles mesmos e da família que a gente vê, mas, eu quero ajudar no que for possível.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - O que a senhora entende por crime de tortura?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Tortura é tudo, o psicológico, o físico. Agora mesmo no momento eu estou me achando numa tortura, sendo torturada devido às perguntas, e só em estar aqui eu acho uma tortura, então tortura é tudo isso.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - É uma pressão psicológica muito grande, não é? É uma coação.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Com certeza, já é uma tortura.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - É por isso que eu tentei lhe falar no começo fique à vontade, fique tranquila, se solte realmente porque faz parte do procedimento e não é intenção constranger, incomodar, de forma alguma, a gente vai só fazer as perguntas, então a senhora fique bem à vontade. Mas eu sei o que é ser inibido, ter vergonha e timidez em público, isso é um grande problema, fique à vontade.

Vamos lá, a senhora sabe as competências do mecanismo no que a senhora tenta ingressar, as competências, o que deve fazer, atribuição, como proceder numa visita, como autuar ou fazer seu relato em relação aos possíveis crimes de tortura, à senhora tem como nos dar essa resposta?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Sim. Primeiramente chegando à Unidade procuramos primeiro a pessoa competente para se apresentar, dizer qual o trabalho nosso e pedir que mostre ou que possa nos ajudar naquilo que está dentro do que a gente está procurando vê. Não chegar e dizer: eu estou aqui porque fui chamado porque houve isso aqui. Então eu acho que neste ponto, dependendo do que você está vendo, não só o que você ouviu falar, você tem que procurar. E procurar a pessoa competente, o órgão competente para levar, fazer o relatório e entregar.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - A senhora sabe D. Sônia quais são as suas prerrogativas? A sua obrigação no desiderato, o que a senhora deve fazer, a sua incumbência?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Primeiro fiscalizar, entrar, fiscalizar e procurar ver a situação de cada um. Porque não só você escutar e dizer: é esse daqui! Não. Procurar primeiro ver a situação de cada detento, e junto com o órgão responsável, não diretamente.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Vamos lá mais uma pergunta. Vou fazer esta pergunta como foi orientada. A senhora na condição de Membro, quais seriam as principais questões, as informações que a senhora colheria no local? A senhora vai fazer um relatório circunstanciado, o que a senhora iria colher no local que seria importante, relevante para levar a apreciação dos demais Membros do Comitê e também às autoridades do Governo? A senhora vai fazer uma inspeção, existe uma denúncia de maus tratos de tortura em uma unidade Prisional. Vamos lá. Qual seria o seu comportamento depois que adentrasse neste estabelecimento? Como é que a senhora iria redigir o seu Tempo Circunstanciado, que é um documento probatório da sua presença e também da constatação do que acontece naquele ambiente e também na pessoa, de repente, que fez a denúncia?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Eu começaria o relatório primeiro procurando ver o que está acontecendo não só com a pessoa diretamente e sim com a pessoa responsável pelo órgão, porque eu vejo assim, às vezes, no meu caso que eu sou professora, chega aluno e diz: "Professora está acontecendo isso e isso". Aí eu digo: "como foi que você conseguiu falar, com alguém aqui?". "Não, eu

falei para a minha família". Então não só a família, porque a família é uma coisa separada que se você deixar, levar só pela família, você não vai chegar a um contexto, então procurar primeiro a pessoa competente, que no caso é a direção, os agentes que trabalham naquele dia, para depois você começar o seu relatório.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Então, primeiro a senhora iria, no caso...

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Procurar o órgão competente e as pessoas que trabalham dentro daquela unidade que faz parte daquele local onde foi feita aquela denúncia, onde foram feitos os maus tratos para depois chegar até lá.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Mas a senhora tem que fazer o relatório circunstanciado, que é obrigação, se a senhora vai fazer e encaminhar para o Comitê.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Sim. Com certeza.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Está bom. Encaminhar para o Comitê. A senhora conhece alguma legislação nacional ou internacional que diz respeito ao tema da tortura?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Olha, eu não vou mentir para Vossa Excelência, se eu falar que sei diretamente eu não sei. Eu estudo, mas, eu não tenho diretamente o artigo...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - E de Direitos Humanos a senhora tem conhecimento? É mais questão ...

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Sim, porque eu já trabalhei na época da FASER eu fiz um seminário na época sobre Direitos Humanos aí eu entendo algumas...

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Que são vários protocolos, convenções, tratados. A senhora tem o conhecimento básico desta legislação, desses documentos?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Sim, dos documentos.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Deputado Jesuíno.

O SR. JESUÍNO BOABAID - A pergunta é a mesma. O que a senhora pode na sua concepção à educação, à saúde, à Segurança Pública, falida como está, o que o Comitê de Combate a Tortura vai poder trazer de benefício para o Estado quanto neste sistema também que eu quero dizer, os presídios falidos, superlotados não existe ressocialização. O que é que o Comitê na sua concepção, se a senhora for convocada, ou seja, aprovada pelo Governo, vai poder trazer para o nosso Estado? Qual é a sua concepção?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Primeiramente uma política pública, que é o que está faltando. Se tiver uma política pública bem direcionada, com certeza vamos trabalhar conjunta com o Estado, Prefeitura e com os políticos, é o que nós debatemos muito. É isso aí que nós temos que procurar fazer.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - D. Sônia, tem mais alguma consideração que a senhora gostaria de fazer para encerrar a sabatina?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Sim, só uma coisa. Que os políticos vejam mais este lado. Sei que aqui nós temos bons políticos, como também temos não aqui, que a gente conhece a maioria. Eu como já fui política e não atuei, mas, fui, eu conheço a maioria e sei que eles trabalham muito bem, após as pessoas, principalmente os presídios, porque antes a gente não via isso, não tinha. Inclusive, o Anderson que já foi diretor, já sabe muito bem como é o trabalho lá. Sei que vocês são muito sacrificados. Tanto os agentes como os diretores, assim como os políticos, porque quem não conhece, acha que os políticos não vivem fazendo nada devido não ter esse projeto. Mas, com tudo isso nós precisamos de quê? Um projeto e uma política pública.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON - Fazer uma pergunta à senhora. A senhora considera também tortura às condições que os profissionais de segurança trabalham, eu não digo só de presídio, eu digo também, Polícia Civil, Polícia Militar?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Com certeza, como eu acabei de falar quando entrei, que a gente chegar

até aqui e saber que vai passar por uma entrevista dessas, é uma tortura. Então eles também vivem; vocês vivem torturados também, os políticos, principalmente os políticos, esses também vivem naquela tortura. Advogados, todos eles vivem nessa tortura, é uma tortura psicológica.

O SR. ANDERSON DO SINGEPERON - A senhora considera a sabatina uma tortura? A senhora considera uma tortura essa sabatina nossa?

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Com certeza, que vocês estão o quê? Ajudando, querendo ajudar, mas, sabendo que no meio aqui, têm três que estão concorrendo. Vocês pensam assim: "gente, eu estou aqui, vou fazer as perguntas, com certeza vocês estão achando que nós estamos querendo fazer um tipo assim, tirar, não classificar porque acha que não vai". Mas é uma tortura para vocês, porque nós pensamos assim também. Do jeito que vocês estão pensando, nós estamos pensando também.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Mais alguma pergunta, Deputados? Não. D. Sônia, a gente agradece, ao mesmo tempo entende a exposição a uma situação de pressão psicológica de estar aqui na Assembleia Legislativa, para quem não está acostumado com isso, isso inibe realmente, deixa a gente muito deslocada, ao passo que a gente parabeniza pelo interesse, pela vontade servir o Comitê, de vir aqui fazer essa explanação. Obrigado pela oportunidade de também conhecê-la.

A Assembleia Legislativa está de portas abertas para acolher qualquer denúncia, qualquer informação, qualquer

colaboração para melhorar esse tratamento. A senhora fique à vontade para se colocar ao lado dos demais colegas participantes e a gente encerra por aqui a sua sabatina, mais uma vez agradecendo, está bom? Então pode ficar à vontade.

A SRA. MARIA SÔNIA DANTAS COELHO ALVES - Agradecer aos senhores também, aos Deputados, o advogado que temos aqui, o Dr. Ezequiel, as meninas que ajudaram muito, a Débora, até ligar, porque a gente nem sabia, mas, achava que estava todo mundo fora, que não ia mais participar, não é, gente? Mas quero agradecer a todos vocês também. Obrigada.

O SR. LÉO MORAES (Presidente) - Está bom, então. Muito obrigado, D. Sônia. Nós agradecemos a todos os colegas que estão aqui participando, ao Ezequiel, a toda equipe, aos participantes da sabatina. A gente encerra, neste momento, a Comissão Geral da Assembleia Legislativa, que sabatinou os candidatos a participarem do membro, do Conselho do Mecanismo e Combate à Tortura, e vamos, neste ato, encerrar e já também retornar aos trabalhos da Sessão Ordinária. Muito obrigado a todos e no tempo hábil, com todas as especificidades nós iremos encaminhar conforme já dialogado com as autoridades. Muito obrigado.

O SR. LENILSON GUEDES (Mestre de Cerimônias) - Muito obrigado a todos os membros da OAB e também do Comitê pela participação. E a partir deste momento ficam apenas, no plenário, Suas Excelências os Senhores Deputados Estaduais. Obrigado a todos. Bom dia.

(Encerra-se a Comissão Geral às 11 horas e 35 minutos e reinicia-se a Sessão Ordinária às 11 horas e 39 minutos)

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Declaro reabertos os trabalhos desta Sessão Ordinária. Passamos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Encerradas as Breves Comunicações, passamos, portanto, à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

Só para explicar e dá ciência também, melhor compreensão ao plenário, servidores desta Casa, ao povo deste Estado, do meu pedido de afastamento por licença médica. Infelizmente eu fui diagnosticado, no mês de setembro ainda, do ano passado, de uma grave lesão na coluna cervical, nas vértebras C-5 e C-6, tecnicamente, cientificamente se chama discopatia degenerativa. Infelizmente é uma lesão que não tem cura, na coluna cervical e é um problema muito grave, que inclusive a minha medula está sendo comprimida. Os discos lesionados estão já comprimindo a medula e isso causa fortes dores no ombro, nas costas, se irradiando para o braço, perda de força no lado direito, é também um amortecimento dos dedos, então é uma situação muito grave. E como se trata de lesão grave nos discos aqui da coluna cervical, que a pior hérnia que existe é da coluna cervical, eu não posso viver nas estradas, como é nossa rotina. Eu ando uma média de 1500 quilômetros por semana de carro. Então, metade é no asfalto, são 700 quilômetros de Machadinho aqui, praticamente no asfalto. Mas nós fazemos uma agenda, todo dia praticamente, toda semana, no interior e outros municípios e percorremos muito estrada de chão. Então, aí a coluna não resiste. Então eu estou pedindo esse afastamento de 30 dias para tratamento de saúde, vou passar por várias sessões de fisioterapia para uma recuperação o mais rápido possível, lembrando que esse é um

tipo de problema que não tem cura, que eu vou ter que conviver o resto da vida trabalhando para não ter dor, mas cura não tem. Então se faz necessário essa parada, colocar o pé no freio para cuidar da saúde. Só para que todos tenham ciência.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Meu amigo, o que eu posso falar para Vossa Excelência, Deputado Ezequiel, que o senhor tenha melhoras. Sabemos que uma lesão na coluna não é algo que pode ser tratado da noite para o dia. Então, a prioridade para qualquer ser humano é a saúde. Então fica aqui o meu apoio, a minha solidariedade a sua pessoa e se Deus quiser daqui uns dias o senhor está apto novamente a seguir a sua empreitada aqui à frente do Parlamento também e foi um prazer conhecê-lo e tê-lo nesses anos que nós temos aqui de Parlamento, mas, segue a luta, Vossa Excelência vai melhorar se Deus quiser.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Obrigado Deputado.

Proceda, portanto, a leitura das Proposições recebidas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede a leitura das Proposições recebidas.

APRESENTAÇÃO DE MATÉRIAS

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer à Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, informações quanto às providências a serem adotadas ante as denúncias recebidas de falta de estrutura na Segurança Interna da Penitenciária

Estadual Ênio dos Santos Pinheiro no tocante as guaritas, iluminação e escadas de acesso aos postos de observação.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referente a Mensagem nº 16, de 13 de março de 2018, que "Dispõe sobre aporte de capital à Companhia de Mineração de Rondônia - CMR".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUÍNO BOABAID. Requer à Mesa Diretora, que solicite ao Poder Executivo cópia na íntegra dos documentos referente a Mensagem nº 18, de 13 de março de 2018, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, até o montante de R\$ 1.914.000,00, em favor da Unidade Orçamentária Junta Comercial do Estado de Rondônia - JUCER".

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ANDERSON DO SINGEPERON. Requer à Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS, bem como, à Superintendência Estadual de Gestão de Pessoas - SEGESP, informações acerca do andamento dos processos inerentes ao pagamento das horas extras dos servidores Agentes Penitenciários.

- PROJETO DE LEI DA DEPUTADA ROSÂNGELA DONADON. Institui o "Janeiro Branco" no calendário do Estado como Campanha de Estímulo ao Cuidado da Saúde Mental e Bem-Estar e dá outras providências.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO LÉO MORAES. Institui a Carteira de Identificação do Autista (CIA), no âmbito do Estado de Rondônia.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental a realização de Sessão Solene no dia 02 de abril de 2018, às 09h00, no Plenário da

Assembleia Legislativa, em Alusão ao dia de Conscientização do Autismo.

Lida as matérias, senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Solicito ao Sr. Secretário, proceder a leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - REQUERIMENTO DO DEPUTADO LÉO MORAES. Requer à Mesa Diretora, na forma regimental a realização de Sessão Solene no dia 02 de abril de 2018, às 09h00, no Plenário da Assembleia Legislativa, em Alusão ao dia de Conscientização do Autismo.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Está em discussão o Requerimento de autoria do Deputado Léo Moraes. Está em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. **Está aprovado.**

Próxima matéria, Sr. Secretário.

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - Não há matéria a ser deliberada Presidente.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - Há matérias, mas, nós temos que proceder ...

O SR. JESUÍNO BOABAID (Secretário ad hoc) - A verificação de quorum.

O SR. EZEQUIEL JUNIOR (Presidente) - A verificação de quorum.

Então, nesse momento pedir aqui para Assessoria cuidar do painel para que nós possamos fazer a Verificação de Quorum. Atenção Srs. Deputados que estão aqui ao fundo do Plenário, que estão nos Gabinetes, por favor, compareçam ao Plenário que nós temos ainda algumas matérias, então precisamos ter Quorum Regimental.

Deputado Léo Moraes, está aí nesse momento.

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

- Deputado Adelino Follador	- ausente
- Deputado Aécio da TV	- ausente
- Deputado Airton Gurgacz	- ausente
- Deputado Alex Redano	- ausente
- Deputado Anderson do Singeperon	- presente
- Deputado Cleiton Roque	- ausente
- Deputado Dr. Neidson	- ausente
- Deputado Edson Martins	- ausente
- Deputado Ezequiel Júnior	- presente
- Deputado Geraldo da Rondônia	- ausente
- Deputado Hermínio Coelho	- ausente

- Deputado Jean Oliveira	- ausente
- Deputado Jesuíno Boabaid	- presente
- Deputado Laerte Gomes	- ausente
- Deputado Lazinho da Fetagro	- ausente
- Deputado Lebrão	- ausente
- Deputado Léo Moraes	- presente
- Deputado Luizinho Goebel	- presente
- Deputado Marcelino Tenório	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Ribamar Araújo	- ausente
- Deputada Rosângela Donadon	- ausente
- Deputado Saulo Moreira	- ausente
- Deputado Só Na Bença	- presente

Com apenas 06 Deputados presentes não há Quorum para deliberação de matérias.

Está encerrada, portanto, a Ordem do Dia.

Passamos ao Grande Expediente. Não há Oradores inscritos. Encerrado o Grande Expediente, passamos as Comunicações de Lideranças. Também não há Oradores inscritos.

Encerramos, portanto, as Comunicações de Lideranças e passamos as Comunicações Parlamentares. Também não há Oradores inscritos.

E nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar esta Sessão convoco Sessão Ordinária para o dia 27 de março, no horário regimental às 15h00 e comunico realização de Sessão Solene de autoria do Deputado Anderson do Singeperon, no dia 22 de março às 15h00 para entrega de Medalha do Mérito Legislativo e Voto de Louvor.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 11 horas e 50 minutos)

(Sem revisão dos oradores)